



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Racismo e neoliberalismo: conceitos fundamentais para construção de uma Educação Financeira contra-hegemônica

Racism and neoliberalism: fundamental concepts for building counter-hegemonic Financial Education

Leonardo de Oliveira Muniz

Doutorando em Ensino de Matemática

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

lomunizmat@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-0548-2915>

Victor Augusto Giraldo

Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

victor.giraldo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2246-6798>

Resumo

Este artigo objetiva oferecer reflexões para professores e professoras de Matemática que ensinam Educação Financeira. A partir de duas reportagens exibidas pelo programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios, deseja-se tensionar ideologias neoliberais, sobretudo, reverberadas pelo termo *empreendedorismo*. Defendemos uma problematização do referido termo no contexto da Educação Financeira tanto no âmbito escolar quanto nas abordagens desse tema nos cursos de formação docente. Em particular, propomos um debate científico que expõe a necessidade de uma fundamentação precisa dos conceitos de racismo e neoliberalismo para docentes de Matemática que decidem abordar a Educação Financeira de uma forma contra-hegemônica. Discutimos tais conceitos sob as perspectivas, principalmente, de Silvio Almeida (2021, 2019) e de Michel Foucault (1995, 2008a, 2008b) para fundamentar nossas argumentações. Com isso, buscamos fomentar uma consciência docente antirracista que reconheça o racismo não apenas como uma questão individual ou institucional, mas como um elemento constitutivo da própria estrutura do capitalismo.

Palavras-chave: Racismo; neoliberalismo; Educação Financeira; formação docente.

Abstract

This article aims to offer reflections for Mathematics teachers who teach Financial Education. Based on two reports shown on the program “Pequenas Empresas & Grandes Negócios”, we aim

to challenge neoliberal ideologies, especially those echoed by the term entrepreneurship. We advocate problematizing this term in the context of Financial Education both in schools and in approaches to this topic in teacher training courses. In particular, we propose a scientific debate that exposes the need for a precise foundation of the concepts of racism and neoliberalism for Mathematics teachers who decide to approach Financial Education in a counter-hegemonic way. We discuss these concepts from the perspectives, mainly, of Silvio Almeida (2021, 2019) and Michel Foucault (1995, 2008a, 2008b) to support our arguments. With this, we seek to foster an anti-racist teaching awareness that recognizes racism not only as an individual or institutional issue, but as a constitutive element of the very structure of capitalism.

Keywords: Racism; neoliberalism; Financial Education; teacher education.

INTRODUÇÃO

Na manhã de domingo do dia 20 de setembro de 2020, em meio à pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, o programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN) apresentou duas reportagens interessantes. A primeira delas (G1, 2020a) retrata o início da jornada de dois jovens universitários: Igor, de 23 anos, e Gabriel, de 22. Os estudantes de graduação em Engenharia de Computação criaram um sensor que faz uso de inteligência artificial para emitir alertas antes de máquinas industriais quebrarem. Os universitários são apresentados como empresários e investiram inicialmente R\$ 40 mil para criar a *startup*. Além disso, a empresa recebeu mais de R\$ 50 mil de um investidor anjo. A segunda reportagem (G1, 2020b) apresenta Leo Miranda, um jovem de 25 anos morador do Capão Redondo, periferia de São Paulo, como um microempreendedor individual. O Rei da Vitrine, como é apelidado, ganha a vida limpando vitrines e espelhos de lojas, dançando hits em meio aos movimentos com rodo, esponja e detergente neutro. Leo investiu inicialmente R\$ 450 na compra de seu material de trabalho e tem rendimento mensal de aproximadamente R\$ 4,5 mil.

O cenário em que os jovens empresários e empreendedores desenvolveram suas ideias retrata realidades distintas no mesmo corpo social brasileiro. De um lado, tem-se o retrato de uma sociedade que tem acesso a uma educação de alto nível, capaz de instigar a engenhosidade dos estudantes para desenvolver novas tecnologias e produzir patentes que interessam investidores. No outro extremo, tem-se a representação de indivíduos que possuem talento e força de trabalho individual, mas, possivelmente, não detêm *startup capital* da ordem de R\$ 40 mil, e sobrevivem às perversidades do capital graças às suas capacidades criativas e originais.

Os lados em questão têm cor e raça, mas isso quase nunca é destacado pelas mídias que reproduzem o ideário capitalista. Porém, os pontuais casos de sucesso apresentados são diferentes e não podem ser narrados com a premissa de que cada um é responsável por si mesmo e a ordem social vigente promove oportunidades iguais para todos e todas. A categoria “raça” é determinante na produção de desigualdades, não de forma explícita, mas no uso do rótulo ideológico como o termo *empreendedorismo*.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é mostrar, para docentes de Matemática que ensinam Educação Financeira (EF), que o racismo é mais que um ato de discriminação e está visceralmente ligado ao projeto neoliberal. As reportagens do programa PEGN serão usadas como ilustração para tensionar ideologias neoliberais, principalmente reverberadas pelo termo *empreendedorismo*. A escolha desse tema não é por acaso, diferentemente disso, é baseada na disseminação de um discurso que não leva em consideração as especificações de um país periférico, desigual e com um passado escravista (Oliveira; Caetano; Louredo, 2021), que adentra no campo da Educação como uma forma de gestão de pobreza (Catini, 2020).

As seções vindouras buscam, sempre que possível, lembrar as matérias citadas de maneira a reinterpretar criticamente o contexto dos três jovens sem fazer juízo de valores. Ressaltamos que o programa PEGN é um recorte da realidade de vida de muitos jovens brasileiros. Dessa forma, não há intenção, aqui, de julgar o intuito dos produtores ou as diferentes vivências dos jovens empresários. Aliás, há de se destacar e reconhecer a perspicácia dos empresários ao perceberem nichos de mercado para ofertarem serviços diferenciados. Contudo, temos intenção de usar as matérias para enriquecer discussões teóricas e desenvolver um senso crítico no ensino da EF.

Somos guiados pelo pensamento de que educar financeiramente cidadãos também consiste em problematizar as relações sociais e não fazer crer que cada um é produto de seu próprio mérito. Nesse panorama, a pesquisa em EF pode nos auxiliar duplamente a compreender as desigualdades sociais. A começar, consideramos oportuno indagar por que o fenômeno do empreendedorismo representa uma expressão normativa do neoliberalismo e quais são os impactos que essa diretriz produz em nossa realidade. Posteriormente, a EF pode nos ajudar a compreender como somos subjetivados e conduzidos em nossos papéis sociais. O aprofundamento reflexivo da segunda parte pode

ser elaborado quando propomos respostas à pergunta: a quem estamos servindo quando ensinamos EF?

Sob esse efeito, oferecemos, respeitosamente, esta escrita para docentes, especialmente de Matemática, que intencionalmente ou não, terão suas aulas atravessadas por assuntos cobertos pela EF. Trata-se de uma pesquisa que dialoga com alguns trabalhos, a partir de uma posição assumida, contra-hegemônica e antirracista, que busca compreender a EF como fenômeno recente, principalmente, na educação básica. Isso nos incentiva a ir além do campo da Educação Matemática, explorando outras áreas das ciências humanas que possam fornecer suportes teóricos e científicos para nossas questões.

Desta forma, nossa investigação passa a ser orientada pela busca de possíveis respostas para os incômodos causados pela formulação do seguinte problema: *De que maneira a formação docente em Matemática pode contribuir para a promoção de uma Educação Financeira escolar contra-hegemônica?*

Nossa pesquisa aponta que não é possível planejar o ensino insurgente de Educação Financeira sem que os agentes responsáveis pela prática pedagógica deste assunto assumam uma precisa concepção sobre os termos “racismo” e “neoliberalismo”. Defendemos, portanto, que toda proposta formativa sobre EF para docentes de Matemática necessita incluir a abordagem do racismo e do neoliberalismo em seus currículos. Assim, rejeitamos qualquer sugestão de distanciamento ou qualquer relação ingênua entre esses termos e mostraremos que um não existe sem o outro.

Para cumprir nosso propósito, isto é, convidar à reflexão docentes de Matemática que ensinam EF, iniciaremos nossa caminhada com uma seção que discute se a EF seria uma demanda da hegemonia ou uma evolução de um tipo específico de educação comprometida com o combate às desigualdades sociais e de renda. As revisões apresentadas levantam certos estranhamentos relativos tanto à prática quanto aos aspectos ideológicos do ensino de EF. A seção posterior preocupa-se em justificar nossa defesa de que a formação inicial de professores de Matemática requer uma postura política de não neutralidade e que os conceitos de “neoliberalismo” e “racismo” são escolhidos para cumprir esse propósito nos currículos. Exibiremos a existência de disputas curriculares e culturais no processo de legitimação da EF. Finalmente, nas duas últimas seções,

anteriores às considerações finais, são discutidos os conceitos de neoliberalismo e racismo, nas perspectivas de Michel Foucault (1995, 2008a, 2008b) e de Silvio Almeida (2021, 2019), respectivamente. Por fim, constam as considerações finais seguidas das referências que subsidiaram o presente estudo.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CONCEITO *A PRIORI* OU UMA NECESSIDADE EMERGENTE?

Há um estranhamento socrático ao nos depararmos, em consulta ao Catálogo CAPES de Teses e Dissertações (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>), com o crescente número de pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre a Educação Financeira. Na consulta, realizada no dia 24 de janeiro de 2025, utilizamos, para efeitos de busca, a expressão “Educação Financeira”, com aspas, sem restrição de lapso temporal. No período compreendido de 2002 a 2017, 16 anos, 228 dissertações e teses versavam sobre EF. Nos seis anos que se seguiram, 2018-2024, foram escritos 634 trabalhos de Mestrado e Doutorado acerca do assunto. O aumento do interesse em torno da investigação sobre EF reforça a existência de um público interessado em questões relativas ao dinheiro e ao seu uso. Parte desse público consiste em pesquisadores das áreas de Educação e Ensino de Matemática, pois temos 323 registros classificados para as referidas áreas quando refinamos os 862 resultados totais obtidos.

Docentes de Matemática, em atuação na educação básica, têm encontrado nas finanças um modo de contextualizar parte do ensino de EF. Ademais, a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010 e atualizada pelo Decreto nº 10.393/2020, juntamente com a inclusão da EF na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), tem incentivado o desenvolvimento de novas pesquisas. Em particular, a implantação da BNCC, em dezembro de 2017, foi o marco temporal no qual nos baseamos para nossa consulta ao Catálogo CAPES de Teses e Dissertações.

Na conjuntura descrita, muitas investigações sobre EF, no campo da Educação Matemática, ocorrem em um contexto diretamente relacionado à sala de aula. Tem-se a sensação de que as pesquisas relacionadas à prática pedagógica de conteúdo se expressam em maior número do que a quantidade de pesquisas alusivas às reflexões puramente teóricas sobre o ensino de EF. Genuinamente, isso é verdade e comprova essa asserção

em um estudo de estado da arte de dissertações e teses no Brasil sobre EF ou Matemática Financeira (MF) realizado por Rodrigues, Silva e Silva (2021). Esse estudo revela que menos de um terço das produções em EF ou MF tiveram foco voltado para a pesquisa documental ou bibliográfica. Os autores mostraram que “[...] 27%, ou seja, 83 pesquisas realizadas no período de 2000 a 2020 foram bibliográficas e/ou documentais que não envolveram a coleta de dados junto a professores e/ou alunos” (Rodrigues, Silva, Silva Rodrigues, 2021, p. 13). Pode-se inferir, portanto, que 73% das pesquisas analisadas têm relação com a prática pedagógica do professor de Matemática, uma vez que há envolvimento docente ou discente na construção dos dados de pesquisa. Isso explica, em parte, o aumento da produção, na última década, de materiais didáticos, produtos audiovisuais, projetos de ensino e olimpíadas de conhecimento cujos objetivos são instruir econômica e financeiramente os estudantes da educação básica.

Entendemos, contudo, haver um possível perigo ao não se problematizar as abordagens do ensino de EF aos objetivos do capitalismo. Apple (1989), importante teórico do campo curricular, denunciou de maneira transparente e precisa como o currículo escolar reflete as dinâmicas de negociação e legitimação entre grupos sociais dominantes e subordinados, definindo o que pode ser reconhecido como conhecimento válido. Assim, ele expõe as relações de dominação cultural e econômica que permeiam a sociedade. A crítica do estudioso não se reduz ao artigo mencionado, mas caracteriza um tema de investigação central em sua obra que se estende com grande repercussão mundial no campo da Educação.

Isso posto, podemos suspeitar que a seleção dos elementos que compõem o currículo escrito, igualmente de tópicos de EF, pode ser interpretada como uma convenção resultante de operações ideológicas, logo, de poder. Com efeito, Sachs *et al.* (2023) propõem, em um artigo de revisão, uma necessária crítica da Educação Financeira na Educação Matemática. O argumento central da revisão de literatura dos autores é a constatação de um aumento na promoção de discursos ideológicos, principalmente de instituições financeiras, promovidos na escrita de 229 artigos acadêmicos analisados relativos à EF. No estudo mencionado, foi constatado que a Educação Matemática enfrenta limitações relacionadas aos fundamentos teóricos e científicos externos ao seu próprio campo de atuação quando a temática envolve EF.

A quase ausência de bases teóricas nessas áreas [referentes às investigações em Educação Financeira] no corpus analisado pode indicar uma fragilidade das pesquisas em Educação Matemática, pois, apesar de se fundamentarem em pressupostos científicos próprios do campo educacional, promovem discursos ideológicos das instituições financeiras, que possuem o objetivo do lucro (Sachs *et al.*, 2023, p.468).

O artigo de Sachs *et al.* (2023) evidencia uma escassez de fundamentação teórica na crítica ao que tem sido desenvolvido na EF. Em outro sentido, a vulnerabilidade destacada pode ser percebida como uma manifestação de intencionalidade ou como comprovação da disposição da hegemonia em conduzir as subjetividades. Assim, o que se tem na realidade escolar, na verdade, é fruto de uma disputa curricular, na acepção levantada por Apple (1989).

Certamente, os estudos de Sartori e Duarte (2017) oferecem importantes contribuições para compreender as questões centrais que envolvem ideologias neoliberais e formação de subjetividades no ensino da Matemática. A dupla de pesquisadoras problematizou atividades lúdicas descritas e relatadas nos anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática (XI ENEM). Nessa pesquisa, as autoras fazem uso da Análise do Discurso, na perspectiva de Michel Foucault, para denunciarem como as práticas docentes de Matemática “[...] também corroboram, mesmo que por vezes sem intencionalidade, para a constituição de sujeitos que são efeitos do dispositivo neoliberal” (Sartori; Duarte, 2017, p. 57, [nota de rodapé omitida]).

Os dispositivos discutidos por Sartori e Duarte (2017) podem se manifestar nas atividades lúdicas de Matemática, as quais evocam características do neoliberalismo como a competição e o empreendedorismo de si. Essas tarefas pedagógicas seriam formas de validar supostas verdades construídas pelo sistema político, econômico e social em que vivemos.

A questão levantada neste artigo é se o currículo escolar concebido para o ensino de EF é inclusivo ou excludente. Seria a EF um dispositivo para preservar ou superar as desigualdades sociais e de renda? Para Saraiva (2017), a EF pode ser entendida como uma expressão da *biopolítica neoliberal* em que o Estado, agindo como mero conselheiro, transfere responsabilidades sociais para os indivíduos. Nessa perspectiva, professores e professoras de Matemática que ensinam EF seriam interlocutores passivos de uma

política influenciada pelo pensamento neoliberal? Somos conduzidos ou autônomos? A urgência da implementação da Educação Financeira escolar é nossa ou deles?

Desse modo, observamos uma intervenção hegemônica significativa e influente em andamento, cujo propósito consiste em legitimar ideias neoliberais manifestadas na prática docente de Matemática, quiçá os que ensinam EF. Verdadeiramente, essa validação pode ser constatada como uma materialização da ideologia cuja finalidade estaria em agir “dentro de nós” (Knöpker; Costa, 2021), no caso, docentes de Matemática que ensinam EF.

Para ilustrar a materialização de ideologias, traremos à memória o caso da Secretaria de Educação do Paraná que disponibilizou um documento, no qual se concretiza, na realidade docente, a ideologia neoliberal (UOL Educação, 2023). O caso, ocorrido no sul do país, tabela as “mentalidades” “ricas” e “pobres” para distinguir comportamentos de cada camada social. Segundo essa publicação, pessoas ricas assumem o próprio erro enquanto que as pobres não. Esse tipo de material explicita uma orientação para formulação de currículos escolares que incluem a EF como ferramenta que naturaliza a desigualdade de renda, culpabilizando o cidadão pobre pela sua pobreza. O sindicato dos professores atuou imediatamente em oposição ao documento citado. Ou seja, de fato, temos uma tentativa de condução de subjetividade influenciada pelo neoliberalismo, portanto, uma *biopolítica* que se manifesta nas orientações políticas do Estado, comprovando as disputas curriculares referidas por Apple (1989).

Seja como for, para assimilação dos sentidos que se quer apreciar no uso da expressão *biopolítica neoliberal*, destacada anteriormente, precisamos de alguns preceitos do campo das ciências humanas e sociais, expostos com mais precisão à frente. Por hora, assinalamos que se uma *biopolítica* tem efeito sobre as pessoas, inclusive docentes de Matemática que ensinam EF, então, há sentidos nas disseminações discursivas sobre o empreendedorismo, como no caso das reportagens do programa PEGN.

A história de Leo Miranda, o Rei da Vitrine, narrada pelo PEGN, poderia ser contada como parte de uma atividade de EF, que objetivaria, apresentar e discutir o empreendedorismo negro como alternativa para a inclusão social e econômica da população negra e periférica. Sem dúvida, tal atividade contribuiria para o

desenvolvimento humano dos educandos e ofereceria uma opção para auxiliar pessoas socialmente vulneráveis. Todavia, a mesma reportagem poderia ser exibida com intenção de tensionar as condições desiguais para empreender que uma camada social periférica sofre com a ausência de políticas públicas. O empreendedorismo, como uma das ênfases da EF, conforme aponta a BNCC, enriqueceria os currículos se compromissados fossem com as experiências sociais de quem sofre para empreender, mas dele depende para sobreviver.

Nossas ponderações são consequência de uma simbiose entre as reportagens exibidas pelo PEGN associadas aos estudos que ocorrem no interior de um grupo de estudo, liderado pelo segundo autor deste artigo. Estamos cientes da densidade de informação veiculada até aqui e, por isso, faremos um pequeno resumo da presente seção no próximo parágrafo.

Com o aumento da produção de teses e dissertações sobre EF, percebe-se que muitos trabalhos salientam uma ênfase na prática pedagógica, evidenciando uma disputa pelo controle cultural do currículo, o que, por sua vez, revela a necessidade de alargamento das bases teóricas que fundamentam as investigações no campo da Educação Matemática. Além do mais, constata-se a condução das subjetividades nas atividades de Matemática relatadas no XI ENEM, reforçando a conjectura de que a EF pode atuar como uma *biopolítica neoliberal*.

Enquanto professores e professoras, podemos [devemos?] nos perguntar se as [nossas?] atividades pedagógicas, voltadas para o ensino de EF, também possuem orientações neoliberais. A EF seria consequência de políticas neoliberais, conduzidas pela hegemonia do capital, ou uma forma de defesa para os mais vulneráveis sobreviverem e superarem a barbárie neoliberal? Devemos considerar a EF um conceito *a priori* ou uma necessidade emergente?

De antemão, afirmamos que qualquer posicionamento responsável requer uma resposta fundamentada e que docentes de Matemática também são vítimas da negação e do negacionismo. Ou seja, reconhecemos a impossibilidade de que as formações docentes não ofereçam cobertura suficiente para a apreciação de todas as questões sociais no ensino de Matemática, dada sua extensa complexidade. Ao mesmo tempo, licenciandos e graduados são expostos às redes de comunicação hegemônica que podem falaciar a

realidade. Não é incomum, por exemplo, canais do *YouTube* abordarem EF com o viés exclusivo para ensinar a investir ou empreender, ignorando o fato de que muitas pessoas, majoritariamente negras, não têm renda suficiente para iniciar tal ação. Isso é equivalente a negar a existência do *racismo estrutural*, da pobreza e da miséria. Dessa forma, consideramos essencial discutir as razões de se debater o racismo e o neoliberalismo na formação docente de Matemática, especialmente dos que ensinam EF.

NEOLIBERALISMO E RACISMO COMO DEBATES FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

O título desta seção reflete uma convicção que fundamenta nossa abordagem. Por isso, dialogamos com trabalhos acadêmicos que justificam nossa posição. Iniciamos com as reflexões de Roque (2022), matemática, pesquisadora e docente, sobre as transformações provocadas pelas políticas neoliberais na sociedade moderna. Segundo a autora, a história do neoliberalismo mostra como esse projeto sufoca a democracia, sendo oposto ao sentido esperado com o emprego da palavra “liberalismo”. Como “neoliberalismo” não pode ser confundido com um novo liberalismo, uma parte da sustentação do discurso neoliberal é produzido por argumentos baseados na Matemática científica e essa ciência “exata” seria vista como mais próxima da refinada e pura verdade, portanto, isenta de qualquer influência política e ideológica.

Roque (2022) mostra o uso político da distorção que é feita da Matemática como parte de uma arquitetura negacionista de uma economia naturalizante de desigualdades. Para a pesquisadora, a estratégia neoliberal prevê o modo social de constituição da Matemática com fins de orientar as instituições financeiras que devem

[...] seguir critérios supostamente técnicos e afirmá-los como independentes de escolhas políticas. Ganha força, assim, a ideia de que as políticas neoliberais se baseiam em modelos matemáticos, que seriam neutros do ponto de vista político (Roque, 2022, p. 468).

Consoante com a citação anterior, Purificação e Costa-Neto (2024) propõem uma reflexão crítica sobre o modelo de EF que se tem no Brasil. Os autores, levando em conta as influências do neoliberalismo e do racismo estrutural, defendem a necessidade de uma abordagem antirracista na EF, vinculada à Educação Matemática, considerando as dinâmicas sociais vivenciadas por coletivos raciais que incentivam iniciativas voltadas à

organização financeira de pessoas negras e periféricas. Os pesquisadores destacam que a lei 10.639/2003 estabeleceu o ensino obrigatório sobre História e Cultura Afro-Brasileira, mas, mesmo assim, encontramos resistência no campo do Ensino da Matemática ainda atravessado por discursos “[...] hegemônicos, herança das concepções dos colonizadores, que colocam a disciplina escolar em um lugar determinista e imutável, negando o fato de que na verdade ela é um produto cultural e político” (Purificação; Costa-Neto, p. 8).

Contrapondo-se à falácia da neutralidade Matemática no pensamento econômico neoliberal, encontramos, em Almeida (2019, p.95), a seguinte afirmação: “A desigualdade pode ser expressa em dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e de seus inúmeros conflitos”. O que o autor nos coloca é que para formular questões econômicas que discutam provisões para o combate às desigualdades, necessariamente há de se considerar a raça e o racismo. Tabelas, gráficos e expressões numéricas explicam diferentes condições de vida, mas quando associadas às variáveis qualitativas dos coletivos sociais, tem-se a elucidação das disparidades socioeconômicas.

Os três excertos mencionados têm em comum a não conformidade com a isenção da Matemática enquanto ciência que influencia e também sofre influências políticas. Porém, como não omitir os sentidos políticos da Matemática e ao mesmo desestabilizar as convicções docente sobre uma Matemática neutra? Arroyo (2013) defende que incorporar experiências sociais nos currículos pode ser entendido não apenas como uma questão pedagógica, mas também como um princípio epistemológico e político. No que diz respeito aos propósitos deste artigo, observamos que a EF contém inúmeras experiências sociais que podem ser incluídas nos currículos escolares de Matemática. As reportagens do PEGN, por exemplo, podem oferecer outras questões, além do empreendedorismo, para enriquecer os currículos tanto da educação básica quanto da formação docente. É nesse sentido que nos ancoramos em Arroyo (2013, p. 127), pois, para o autor,

Currículos de educação básica pobres em experiências sociais terminam empobrecendo os currículos de formação da docência e da pedagogia. Empobrecem a teoria pedagógica e didática. Despolitizam o campo do conhecimento e do direito ao conhecimento.

A inclusão de experiências sociais no ensino de EF pode oportunizar a exploração e a imersão em áreas do conhecimento humano, requerendo a interdisciplinaridade para

explicar as diversas situações econômicas e financeiras vivenciadas pelas pessoas. As histórias de trabalhadoras assalariadas, negras e mães solo podem ser narradas para descortinar as relações sociais de classe, raça e gênero, que podem ser aprofundadas e discutidas em atividades de EF.

Em um artigo de opinião, Almeida e Rossi (2020) explicam, de forma simplificada, como o racismo está além de uma conduta individual condenável, mas se estrutura como arranjo organizacional normalizado nas instituições econômicas e financeiras. Os autores ilustram essa norma exemplificando como a carga tributária “[...] pune mulheres negras, que pagam proporcionalmente mais impostos do que homens brancos [...]” (Almeida; Rossi, 2020). Vê-se como a proporcionalidade que nos é ensinada na educação básica não se aplica quando o tema envolve raça ou gênero. Essa Matemática não se mostra tão neutra assim, como declara a ideologia neoliberal.

Para discutir a problemática da carga tributária brasileira na Educação Financeira, sugerimos a leitura do trabalho de Lima e Mazzi (2021) que propõem uma situação fictícia e de fácil adaptação para uma atividade pedagógica. Por meio do cálculo das alíquotas de impostos sobre o consumo, os pesquisadores mostram como o sistema tributário brasileiro prejudica trabalhadores de baixa renda e destacam que essas reflexões podem reverberar um senso crítico de justiça social.

Ao vincularmos a discussão sobre carga tributária promovida por Almeida e Rossi (2020) à proposta elaborada por Lima e Mazzi (2021), temos uma combinação que elucida como é possível abordar questões sociais envolvendo classe, raça e gênero nas atividades de EF, tanto na educação básica quanto na formação docente.

Cabe apontar que o trabalho de Lima e Mazzi (2021) compõe um dos capítulos do livro *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática* (Baroni; Hartmann; Carvalho, 2021). A obra nasce no contexto do desenvolvimento da tese da primeira organizadora do livro e reflete o interesse de um grupo de professores formadores em disseminar reflexões teóricas e práticas sobre Educação Financeira (EF). Encontramos, em Baroni e Maltempi (2024), parte das investigações desenvolvidas na tese da primeira autora orientada pelo segundo autor. Fundamentados nos pressupostos da Matemática em ação (Skvosmose, 2014) e da transdisciplinaridade (D’Ambrósio, 2021), os autores delimitam quatro possibilidades

analíticas para tensionar a conformação da EF, contribuindo assim, para o alargamento das discussões no âmbito da formação inicial de professores de Matemática.

O estudo de Baroni e Maltempi (2024) oferece recomendações para o trabalho docente com EF e conclui que

Se a temática [de EF] continuar sendo relacionada ao tratamento de conteúdos essencialmente matemáticos, pautada pela abordagem de conceitos e cálculos e conduzida apenas por professores que tiveram uma formação idêntica, é esperado que as discussões não caminhem em direção às problematizações que se fazem necessárias (Baroni; Maltempi, 2024, p. 16).

Esse fragmento reforça a necessidade de problematizar questões para além dos cálculos e envolver também a raça, o racismo e o neoliberalismo no ensino de EF, pois esses conceitos estão intimamente relacionados, mas ocultos das ações formativas docentes. Almeida (2021) declara que o racismo “[...] é não apenas parte fundamental das práticas de governo e do exercício da soberania, mas também o processo de constituição de um tipo de subjetividade própria do neoliberalismo” (Almeida, 2021, p. 8-9). Se não formos capazes de identificar as origens das forças que conduzem nossas subjetividades para moldar um racismo que estrutura a sociedade, então a hegemonia camuflou bem suas ideologias em nossas convicções internas.

Essa reflexão, constitui, portanto, a evidência necessária que justifica a emergência em apresentar, de forma integrada, os conceitos de racismo e neoliberalismo como fundamentos para quem ensina EF nas escolas. A ideologia neoliberal mascara a verdade da suposta neutralidade Matemática e os efeitos do racismo estruturam a realidade capitalista contemporânea. Logo, a constituição do imaginário criado por uma EF, na perspectiva neoliberal, só pode ser racista. Por conseguinte, só há uma razão para propor construções de currículos de EF desassociados de discussões políticas e econômicas envolvendo classe e raça: a garantia do domínio de condução subjetiva de educadores e de seus educandos.

Não coincidentemente, Almeida (2021) conceitua o neoliberalismo como um “[...] processo de constituição da subjetividade e, conseqüentemente, de novos sentidos para a vida e para a morte, uma *biopolítica*, portanto” (Almeida, 2021, p.3). Voltamos a

encontrar uma palavra que não está muito presente nos cursos de licenciaturas de Matemática. Isso nos orienta a expor, ainda que de forma breve, inicialmente, um conceito preciso sobre neoliberalismo como forma de poder e condução dos outros e de si mesmo. A referência à *biopolítica* nos remete diretamente a Foucault (2008a) e seus seguidores. Dessa forma, escolhemos trilhar o caminho oferecido por Michel Foucault e, a partir deste, compreendermos o conceito de *racismo estrutural*.

CONCEPÇÃO FOUCAULTIANA DE NEOLIBERALISMO

Em primeiro lugar, consideramos prudente pontuar a existência de outras concepções sobre o neoliberalismo além da apresentada neste artigo. Andrade (2019) sintetiza as quatro concepções sobre neoliberalismo que têm base nas teorias sociológicas: foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana. Em linhas gerais, pode-se expor que Andrade (2019) organizou uma escrita para disponibilizar o uso dessas concepções como estratégia para a promoção de diálogos respaldados em teorias científicas. Não nos desviamos de tal orientação, então, iniciamos pela definição de neoliberalismo que Dardot e Laval (2016) elaboraram com base no pensamento foucaultiano.

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval, 2016, p.17, grifo dos autores).

Sendo o neoliberalismo uma razão, por que ousaríamos discordar de seus sentidos produzidos? Aliás, o que significa dizer que o neoliberalismo é uma razão? Que referências arcaizantes são essas? De que maneira o neoliberalismo se tornou uma “norma geral da vida”? O trecho citado contém expressões que necessitam de um aprofundamento teórico relativo à obra de Michel Foucault. Por esse motivo, consideramos conveniente a apresentação, a seguir, de uma breve explicação sobre algumas ideias elaboradas pelo sociólogo em questão.

Ao se propor a realizar investigações sobre as formas como os seres sociais obedecem normas, padrões e princípios, sem o foco no poder coercitivo do Estado, Michel Foucault explora as ideias contraditórias presentes nas questões políticas que interferem na vida do sujeito. O estudioso argumenta que as formas de resistência

consistem em lutas transversais e imediatas, que questionam o status do indivíduo. Para elaborar uma alegação sólida, ele observa as reações aos efeitos de poder ao abordar a questão “Quem somos nós?” (Foucault, 1995). As diferentes formas de poder se referem, portanto, às diferentes formas como o ser humano torna-se sujeito, já que há mais de uma reação à nossa existência.

Para Foucault (1995), a palavra “sujeito” significa duas formas de sujeição. A primeira é associada à ideia de estar sujeito a alguém, dependente de outrem para garantia de uma própria existência. Já a segunda forma de sujeição indica um sujeito “[...] preso à sua própria identidade por consciência ou autoconhecimento” (Foucault, 1995, p. 235). Assim, as formas de sujeição, para Foucault, são internas e externas ao próprio sujeito.

Até aqui, temos duas pertinentes abstrações apreciadas por Foucault: as noções de “sujeito” e de “poder”. Ambas são indissociáveis quando objetivamos compreender o modo de condução dos seres humanos em sociedade, pois os sujeitos são orientados por forças in/extrínsecas. Com esse pensamento, Foucault analisa o liberalismo clássico e o neoliberalismo, gerando reflexões sobre as formas de (auto)governos. Michel Foucault chamou esses pensamentos de “governamentalidade” (Laval, 2020).

Para Candiotto (2011), *governamentalidade* seria o conceito mais original da analítica do poder foucaultiana. Notadamente, esse neologismo tem origem, em 1978, durante o curso *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008b). A *governamentalidade*, naquela ocasião, era entendida como

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico os dispositivos de segurança (Foucault, 2008b, p. 143).

O contexto em que surge a governamentalidade é marcado pelas políticas que mobilizam a vida, como o deslocamento de populações, os aprisionamentos, a sexualidade e a morte (Laval, 2020). Aqui, está a explicação para o sentido de uso ao se empregar a expressão *biopolítica*. Ademais, a concepção de governamentalidade ganha corpo e forma adquirindo “[...] um sentido muito mais amplo, intercambiável com a ‘arte

de governar’ ou a ‘racionalidade governamental’, para designar as maneiras muito concretas, frequentemente finas e invisíveis de condução dos indivíduos” (Laval, 2020, p. 48).

O desenvolvimento conceitual feito por Foucault permitiu-lhe aplicar o conceito de governamentalidade para descrever a “crise do liberalismo” como uma crise de governamentalidade liberal (Dardot; Laval, 2016). Em outras palavras, pode-se expor que o projeto neoliberal influencia o modo como ocorre o “governo das mentes”, rompendo com alguns princípios filosóficos do Liberalismo, efetivando a ordem concorrencial em substituição da ordem natural liberal. Por isso, na definição de neoliberalismo de Dardot e Laval (2016, p. 17), tem-se a menção a “[...] um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes [...]”.

Desenraizar o neoliberalismo de alguns princípios filosóficos do liberalismo clássico o libera, ironicamente, para criar novas regras de funcionamento e manutenção dos mercados. Estes, por sua vez, já não mais se limitam aos espaços de trocas de mercadorias pelas empresas, mas participam da fabricação dos novos indivíduos sociais, considerados, a partir de então, também empresas, ou melhor, empreendedores de si e lançados à própria sorte para serem livres “[...] como um peixe é livre para nadar em seu aquário” (Laval, 2020, p.42), pois “o essencial do mercado está na concorrência” (Foucault, 2008a, p.161).

Sendo a governamentalidade neoliberal, entendida como uma forma de condução das condutas cuja centralidade está nos mercados reguladores e normalizadores, através da concorrência, compreende-se o trecho relativo a outra parte da definição proposta por Dardot e Laval (2016, p. 17) que assinala que “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”.

Jovens como Leo Miranda, Igor e Gabriel, citados pelo programa PEGN, são livres para empreenderem, mas essa liberdade é limitada, pois ela depende de acesso a financiamentos para expansão de seus empreendimentos. A elite branca brasileira deixou como legado terras e a garantia da privação dos meios de produção, enquanto grande parte dos descendentes de escravizados herdaram a mão de obra e o trabalho manual/artesanal.

Esse é um quadro desleal de concorrência, mas a governamentalidade neoliberal conduz os indivíduos a aceitá-lo.

A inovação da governamentalidade neoliberal está baseada na ideia de que o “poder” não é mais visto apenas como ato de quem detém a autoridade para encarcerar, mas consiste na manipulação dos indivíduos, que concorrem com outros e com eles mesmos. Sob essa ótica, a competição não ocorre apenas nos mercados, mas permeia os espaços escolares, os ambientes de trabalho e até as relações familiares, tornando-se um dispositivo sutil de sujeição à racionalidade neoliberal. Laval (2020) sintetiza essa perspectiva foucaultiana ao afirmar que “o poder nunca se exerce senão produzindo certo tipo de sujeito, age *sobre* e *pelo* sujeito submetido a normas de conduta, de fala, de pensamento. O poder atravessa os indivíduos e os normatiza” (Laval, 2020, p. 72).

O neoliberalismo fundamenta convicções revestidas de aspectos econômicos e políticos, pois “o capitalismo necessita de *condições subjetivas*” (Almeida, 2019, p. 103, grifo do autor). Por esse motivo, a obra *Racismo Estrutural* (Almeida, 2019) é tomada como principal fonte para compreensão da relação entre o racismo e o neoliberalismo.

CONCEPÇÃO DE RAÇA E RACISMO

Vimos que a governamentalidade neoliberal compõe a prática de governos que estabelece formas de (auto)sujeição individual de acordo com a normativa imposta pelo mercado. Para Kundnani (2021), não se pode compreender e combater politicamente o neoliberalismo sem levar em conta os movimentos de reorganização dos processos que modelam o racismo. Isso equivale a dizer que há um dinamismo nas relações raciais que são operadas por agentes neoliberais.

De fato, o caso Elaine Maria (O DIA, 2022) exemplifica com precisão o que Kundnani (2021) afirma. Eliane é uma mulher negra, mãe de seis filhos, moradora da Rocinha e vendedora ambulante na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A trabalhadora teve toda sua mercadoria apreendida por fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) ao ser constatada sua falta de licença para trabalho. Elaine não teve direito a empreender. Sua liberdade para competir no mercado não foi garantida.

Ora, se o projeto neoliberal argumenta que a autorregulação e universalização dos mercados pela concorrência é a melhor forma de promover o bem estar social de todos, por que Elaine foi proibida de empreender? Kundnani (2021) responde que o

neoliberalismo identifica grupos sociais rotulando-os como excedentes e considerados inúteis para os mercados. Em consequência, as ações desses sujeitos precisam ser policiadas para garantir a permanente exclusão e conservar o regime de acumulação capitalista.

Na lógica da competição individual, em que geralmente há apenas um vencedor e muitos perdedores, a normatização da concorrência tende a privilegiar poucos e excluir muitos. Caso todas as pessoas tivessem, de forma verdadeiramente justa e igualitária, a mesma chance de mobilidade social e acesso aos benefícios gerados pela tecnologia — que é resultado do trabalho coletivo da classe trabalhadora nos diversos modos de produção —, poderíamos vislumbrar, ainda que remotamente, uma sociedade com distribuição mais equitativa de renda, portanto, menos heterogênea. Afinal, que privilégios restariam a serem comprados ou contratados se não houvesse desigualdade de renda? Como se força alguém a vender o que possui ou força-la a realizar uma atividade desprazerosa?

O modo de identificação daqueles que podem ser excluídos da distribuição de renda no sistema capitalista ocorre por meio da raça e do racismo. Almeida (2019) salienta dois marcadores complementares que despontam a raça como elemento político socialmente construído: a definição de raça a partir de traços biológicos e também por caracterização étnico-cultural. Isso significa que um indivíduo pode ser classificado racialmente, por exemplo, pela cor da pele, por sua orientação religiosa ou ainda pela localização geográfica em que habita.

Os indicadores de raça apontados nos ajudam a compreender as categorias “preconceito” e “discriminação raciais”. Enquanto o primeiro termo sugere um julgamento prévio de um grupo racialmente reconhecido, o segundo se refere à efetividade da ação. Em outras palavras, a discriminação é o efetivo tratamento diferenciado a um determinado coletivo racial, ao passo que o preconceito é a abstração que impulsiona a ação. Todavia, ambas as categorias delimitam a temática racial às questões individual e individualizante. Tendo em vista uma necessidade de alargamento de percepção sobre o racismo para além da discussão no âmbito pessoal, Almeida (2019) define racismo antes de apresentar as concepções racistas abordadas em seu livro. Para o autor,

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019, p. 22).

Em seguida, Almeida (2019) discute três formas específicas de racismo: individual, institucional e estrutural. A primeira delas concebe o racismo como forma irregular de comportamento, isto é, um desvio de conduta. De acordo com essa concepção, o racista ou grupos racistas seriam pessoas que agem causando o sofrimento individual ou de coletivos racialmente reconhecidos. Nesse contexto, as práticas racistas são aquelas ativadas por mecanismos de identificação racial e resultam em dor e aflição para um grupo impactado de forma imediata.

A depredação e a destruição de templos religiosos de matriz africana, por exemplo, é uma forma violenta de atingir um grupo racial, mas esse fenômeno pode ser abordado pela concepção individual de racismo. De igual modo, por mais frequente que sejam as abordagens policiais resultantes em morte de pessoas negras, elas podem ser retratadas como ações individuais irracionais, absolvendo a instituição policial de responsabilidade. Combater o racismo, nesse sentido, seria mobilizar o Estado para promover ações jurídicas contra as pessoas racistas.

Um raciocínio diferente surge com a elaboração de uma concepção institucional de racismo, que é considerada um grande avanço em relação à concepção individual. Efetivamente, admitindo o Estado como um composto material de instituições, o racismo é percebido como fator de criação de desvantagens, via instituições do Estado, para determinados grupos raciais. Instituições como o Poder Legislativo, Forças Armadas, Polícia e Universidades manifestam um tipo de racismo quando suas lideranças foram compostas, historicamente, por homens brancos. Quando a representatividade de pessoas negras em cargos de congressistas, oficiais gerais, delegados e reitores é baixa em comparação com a população brasileira, temos a construção fictícia de reserva de lugares para um tipo de pessoa racialmente reconhecida. Nesse caso, a exclusão de corpos negros no comando e na gerência dessas instituições corrobora com a produção de imagens que reforçam o ideário de lideranças brancas. Além disso, Almeida (2019, p. 26) faz uso de

ideias foucaultianas quando afirma que “[...] é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos [...]”.

O racismo institucional denuncia a normalização da exclusão de pessoas negras nas organizações estatais. No entanto, as instituições são parte do Estado e este, orientado pela governamentalidade neoliberal, influencia as decisões políticas. Por essa razão, o racismo também se constitui como uma tecnologia de poder (Foucault, 1995), que conserva os desequilíbrios sociais, principalmente a desigualdade de renda, pois “[...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p.31).

Ainda que o desenvolvimento e aprofundamento teórico sobre racismo institucional possa ser visto como um avanço significativo na luta antirracista, a ordem social não é desestruturada. Assim sendo, justifica-se a necessidade de conceber um tipo distinto de racismo para além das instituições e da concepção individual. Trata-se de propor o racismo como modo de organização capitalista, pois ele é uma

[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (Almeida, 2019, p. 33).

O racismo não é uma anomalia na estratificação social de formação do Estado capitalista, mas sim um elemento estrutural que atravessa as relações políticas e econômicas. Considerar o racismo como sendo estruturalizante é compreender que o aperfeiçoamento das técnicas de manutenção do sistema capitalista apenas ocorre porque há aprimoramento de estratégias racistas, conforme apontado por Kundnani (2021).

Aqui está a conexão específica entre racismo e neoliberalismo: tem-se, na fase avançada do capitalismo, a construção de mercados orientados pela norma concorrencial em sobreposição à vida, na medida em que essa diretriz conduz os sujeitos a competirem entre si, abandonando uma perspectiva coletiva. O racismo estrutural gerencia a manutenção de uma competição desigual regida por políticas neoliberais, perpetuando a pequenos grupos processos de acumulação de riqueza enquanto que dificulta as formas de mobilidade social da população negra.

Além disso, as ideologias racistas moldam o imaginário dos indivíduos para governamentá-los. No caso brasileiro, Almeida (2019) assinala que a ideologia da democracia racial sustenta que a miscigenação é uma das características do brasileiro moderno. Assim, propaga-se a ideia de que não há diferenciação entre raças, o que implicaria em uma suposta igualdade de oportunidades para todos, como se o racismo estrutural fosse uma mera ficção.

Reconhecer o sucesso individual de jovens negros e periféricos não implica em sinalizar o empreendedorismo como solução democrática para geração de renda. A taxa progressiva de grandes fortunas e herança, por exemplo, são formas imediatas de redistribuir renda, mas causa pavor e histeria para a elite brasileira. O paradoxo da meritocracia de sujeitos herdeiros dos impérios demonstra a força do controle discursivo.

Mesmo sendo notável o reconhecimento e o sucesso alcançado por jovens empreendedores, como faz o PEGN, não podemos nos esquecer de tantos outros que “falharam”. Vivemos tempos em que expressões como “gestão da própria carreira”, “iniciativa pessoal”, “protagonismo estudantil”, “aprender a aprender” ou “resiliência diante dos desafios” impregnam currículos de EF fantasiando soluções simplistas para problemas complexos. A falta de empregabilidade não pode ser remetida à falta de capacidade dos sujeitos em fabricar suas próprias profissões e fontes de renda.

O empreendedorismo *per si*, pode ocultar a realidade social racista enfrentada pelo povo negro, enquanto simultaneamente promove um suposto empoderamento. Apesar disso, entendemos que a EF pode seguir o caminho oposto do qual foi concebida. Para isso, precisamos compreender a estratégia da hegemonia e dominar com precisão os termos e conceitos que instruem a luta contra-hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se preocupou em apresentar os conceitos de neoliberalismo e de racismo para todas as pessoas que são atravessadas por discussões educacionais cobertas pelo estudo de EF, especialmente docentes de Matemática. Argumentamos que esses dois conceitos necessitam ser discutidos com precisão e responsabilidade tanto na educação básica como nos cursos de formação docente. Além do mais, mostramos, fundamentados em Foucault (1995, 2008a, 2008b) e em Almeida (2019, 2021), que as normas neoliberais são formas de condução dos comportamentos individuais e que o racismo estrutura um

sistema baseado numa competição historicamente injusta. Nesse sentido, para a hegemonia, educar financeiramente os sujeitos implica manter vigente a disputa desigual entre grupos raciais. Portanto, uma proposta para educar financeiramente os estudantes, em uma perspectiva contra-hegemônica, torna-se incoerente quando desconsidera o racismo na sua forma estrutural de organização social.

As reportagens do PEGN foram usadas como fios condutores que conectam as abstrações dos conceitos teóricos de racismo e neoliberalismo à realidade social brasileira. A escolha por essas narrativas não carrega qualquer intenção de julgamento ou de condenação sobre os jovens retratados, mas busca fortalecer o argumento de que as experiências sociais devem ser incluídas no currículo (Arroyo, 2013), sobretudo, de EF.

Assim como nos apoderamos de lacunas propositalmente exibidas em trabalhos científicos, como, por exemplo, a revisão de literatura feita por Sachs *et al*, (2023), aqui também apontamos algumas provocações. A primeira delas se refere à forma como a EF pode ser reconduzida na perspectiva de construção de currículos escolares. Considerando a construção de sensibilidades docentes sobre a Matemática, que também educa financeiramente os sujeitos, quais seriam as formas de viabilizar e materializar uma EF antirracista, portanto, contra-hegemônica, nos currículos escolares?

Uma segunda provocação advém da efetividade na formação de docentes de Matemática. É verdade que Baroni e Maltempi (2024) relatam um caso interessante neste sentido, mas, em muitas licenciaturas, a superespecialização do corpo docente em Matemática pura e aplicada afasta esses profissionais de qualquer abertura às ideias oriundas de campos sociológicos. Então, como negociar a implementação de debates envolvendo a forma indissociável do neoliberalismo com o racismo no contexto de formação de licenciandos em Matemática?

As questões apontadas podem cooperar para o nascimento de futuros trabalhos formulados por pesquisadores internos ou externos ao campo da Educação Matemática. Nossa busca se configura no desejo pela desconstrução de políticas educacionais antissociais que condenam e vangloriam indivíduos por valores inversos. Estamos do lado oposto da Educação Financeira que enaltece os sujeitos competitivos, impõe a autocobrança como gestão para o “sucesso financeiro” e desconsidera o cansaço de corpos explorados por gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio; ROSSI, Pedro. Racismo precisa ser tratado como tema fundamental da economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16.ago.2020. Seção Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/racismo-precisa-ser-tratado-como-tema-fundamental-da-economia.shtml>. Acesso em 15 fev.2024.

ALMEIDA, Silvio. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.45397. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 34, n. 1, 2019. DOI:10.1590/s0102-6992-201934010009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2024.

APPLE, Michael. Currículo e poder. **Educational Theory**, v. 38, n. 2, 1988. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Publicado em: **Educação e Realidade**, v. 14, n. 2, 1989.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa** - 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARONI, A. K. C.; MALTEMPI, M. V. Ressignificando a Educação Financeira na Formação Inicial do Professor de Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 38, e240045, 2024.

BARONI, A. K. C., HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. de (org.). **Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática**. Curitiba: Appris, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDIOTTO, Cesar. **A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação**. O que nos faz pensar? v.21, n.31, p. 91-108, dez. 2011. Disponível em <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfp/article/view/363/362>. Acesso em: 07 abr. 2024.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250046, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250046>.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Palas Atena, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, tradução de Mariana Echalar** - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica, tradução Eduardo Brandão**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População, tradução Eduardo Brandão**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

G1. **Jovens criam sensor que avisa quando máquinas industriais podem ter uma pane**. Pequenas Empresas & Grandes Negócios, 20 set. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2020/09/20/jovens-criam-sensor-que-avisa-quando-maquinas-industriais-podem-ter-uma-pane.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

G1. **Jovem faz sucesso limpando vitrines e ganha milhares de seguidores nas redes sociais**. Pequenas Empresas & Grandes Negócios, 20 set. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2020/09/20/jovem-faz-sucesso-limpando-vitrines-e-ganha-milhares-de-seguidores-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

KNÖPKER, Mônica; COSTA, Marisa Vorraber. Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”: pedagogia das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e formação docente. **Pro-Posições**. Campinas, v.32, 2021. DOI: 10.1590/1980-6248-2018-0137. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/Z8CXffypRpj6CZpmT4rVMfn/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024.

KUNDNANI, Arun. The racial constitution of neoliberalism. **Race & Class**, v. 62, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306396821992706>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal, tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota**. São Paulo: Elefante, 2020.

LIMA, Adriana de Souza; MAZZI, Lucas Carato. Salário-mínimo, orçamento pessoal, sobrevivência e dignidade. In: BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei Luís Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares de (Org.). **Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática**. São Paulo: Editora XYZ, 2021. p. 97-115.

O DIA. **Vídeo: mulher se ajoelha para não ter mercadorias apreendidas pela prefeitura**. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de>

janeiro/2022/03/6350490-video-mulher-se-ajoelha-para-nao-ter-mercadorias-apreendidas-pela-prefeitura.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

OLIVEIRA, Thiago; CAETANO, Stella; LOUREDO, Fábio. A narrativa majoritária do empreendedorismo no Brasil: facetas da colonialidade e do racismo estrutural. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 140-162, jan./abr. 2021. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2021.v8n1.401.

PURIFICAÇÃO, Tamires Torres da; NETO, Cleber Dias da Costa. Por outra Educação Financeira: uma discussão sobre Raça, Educação Matemática e Currículo. **Revista de Educação Matemática**, São Paulo, v. 21, p. 01-19, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.37001/remat25269062v21id519>. Acesso em: 24 set. 2024.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Jaqueline Michele Nunes da; SILVA RODRIGUES, Rosiane Souza da. Estado da arte das dissertações e teses no Brasil sobre Educação Financeira e/ou Matemática Financeira no período de 2000 a 2020. **EM TEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v.12, n. 2, 2021. DOI: 10.51359/2177-9309.2021.250224. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/250224>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ROQUE, Tatiana. Neoliberalismo. In: José Szwako; José Luiz Ratton. (Org.). **Dicionário dos Negacionismos no Brasil**. 1ed. Recife: Cespe, 2022, v. 1, p. 220-223.

SACHS, L.; GERETI, L.C.V.; FERRAIOL, T.F.; ELIAS, H.R.; SOUZA, L.G.R.; Crítica da Educação Financeira na Educação Matemática. **Bolema**. Rio Claro, v. 37, n.76, 2023.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar Em Revista**, Curitiba, n.66, 2017.

SARTORI, Alice Stephanie Tapia; DUARTE, Claudia Glavam. O Sujeito Lúdico Produzido pela/na Educação Matemática: Interloquções com o neoliberalismo. **Bolema**. Rio Claro, v. 31, n.57, 2017. DOI:10.1590/1980-4415v31n57a03. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/VYp4ttySPHbbmjJfSRMTBvk/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à Educação Matemática Crítica**. Campinas: Papius, 2014.

UOL EDUCAÇÃO. **Paraná distribui material sobre educação financeira que defende trabalho infantil**. 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Submetido em 30/01/2025.

Aprovado em 11/04/2025.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

